



**INCLUSÃO: UMA MUDANÇA NO OLHAR DA COMUNIDADE ESCOLAR  
PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA MELHOR INCLUSIVA.**

Fernanda Papa  
Silvia A. G. Viégas  
Anderson V. Zamor  
E. E. Manuel Borba Gato  
Diretoria de Ensino: Sul - 1

**Resumo**

O presente artigo tem por finalidade refletir sobre a inclusão e a capacidade de aceitação das diversidades dos indivíduos, na sociedade e na escola, garantindo acesso igualitário a todos. Através de uma análise exploratória, baseada em artigos e trabalhos de especialistas da área de educação e de um estudo de caso numa escola estadual de ensino fundamental, procurou-se levantar algumas discussões teóricas sobre a função da escola e o papel do professor frente à inclusão. Concluiu-se que a inclusão de crianças nas escolas regulares de ensino é um processo complexo, envolve a garantia do sucesso da aprendizagem em um ambiente harmônico e respeitador, colaborando para a construção da cidadania com justiça e dignidade.

**Palavras-chave:** Deficiência Intelectual; Práticas inclusivas no ensino regular; Educação Física adaptada.

**Introdução**

A inclusão educacional é um direito do aluno e requer mudanças na concepção e nas práticas de gestão, sala de aula e de formação de professores, para que se efetive o direito de todos à escolarização. Está fundamentado na Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Ao incluir as pessoas com deficiência, a escola se converte em ambiente mais propício à aprendizagem. Cada um é único e não existe uma fórmula geral que funcione para todos. O ritmo de aprendizagem é individual, seja da criança com deficiência, ou não. Quanto mais recursos a escola oferecer, menos limitações as crianças terão.

A escolha do tema surgiu pelo interesse em compreender como a escola tem se posicionado frente ao processo de inclusão das crianças com deficiência intelectual.

---

Fernanda Papa: Licenciada em Pedagogia pela Universidade de Santo Amaro; Pós-graduanda em Deficiência Mental pela PUC/SP; fernanda\_papa@hotmail;

Silvia A. Gimenes Viégas: Licenciada em Pedagogia pela Universidade Anhanguera; gimenes-silvia@hotmail.com;

Anderson Vieira Zamora: Licenciado em Educação Física pela Universidade Ibirapuera.



## **Educação Inclusiva na escola e o Trabalho Multidisciplinar**

A educação inclusiva se apoia na premissa de que é preciso olhar para o aluno de forma individualizada e colaborativa, contemplando suas habilidades e dificuldades. A escola deve ser um lugar de encontros, de igualdade, de desenvolvimento. Para isso é necessário construir um espaço-tempo de gestão que acolha as diferenças existentes.

O ato de incluir, não deve significar simplesmente matricular no ensino regular as crianças com deficiência, mas assegurar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica, contando assim com o apoio do profissional da sala de recursos, para que medie e auxilie os demais, na inclusão, como um todo.

A inclusão como processo social amplo, vem acontecendo em todo o mundo, desde a década de 50. É a modificação da sociedade como pré-requisito para que uma pessoa com necessidades especiais possa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania (SASSAKI, 1997). Segundo o autor, a inclusão é um processo amplo, com transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades especiais.

Kupfer (2001) explica: “garantir que uma criança ‘diferente’ viva é garantir que ninguém terá o poder de decidir sobre a vida ou a morte de quem quer que seja; portanto, garantir que uma criança com problemas viva é garantir que os demais vivam também”. Promover uma sociedade que aceite e valorize as diferenças individuais, aprenda a conviver dentro da diversidade humana, através da compreensão e cooperação (CIDADE & FREITAS, 1997), torna cada um melhor e mais ativo.

“Pressupõe, conceitualmente, que todos, sem exceção, devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente” (EDLER CARVALHO, 1998)

## **Educação Inclusiva e a Sala de Aula**

A Declaração de Salamanca refere-se à inclusão na educação. Os conceitos de inclusão abordados nesta declaração geraram o compromisso de garantia dos direitos



educacionais, cujo propósito foi discutir Princípios, Política e Prática em Educação Especial, que proclama às escolas regulares, inclusivas, como meio mais eficaz de combater a discriminação e determina que as escolas devam acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas. Salamanca está ligada ao ato de dizer: agora vamos unir isso (UNESCO, 1994).

Ser incluído em uma escola é estar presente, estar no diário de classe, saber que você tem um lugar, saber que você tem uma carteira para sentar. Grande parte do argumento sobre inclusão, particularmente em países mais ricos, tem sido sobre movimentar crianças. É quase como: “se se conseguir colocar as crianças dentro da escola, isso é inclusão.” Entretanto o aluno pode estar em uma escola, pode estar sentado em uma sala de aula e não estar incluído. Pode estar, simplesmente, perdendo seu tempo. É preciso ir além da presença, é preciso ver o que realmente está acontecendo, é preciso observar a participação de todas as crianças da sala.

Na Escola Inclusiva o processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização. O alvo a ser alcançado é a integração da criança portadora de deficiência na comunidade escolar. O objetivo principal é fazer com que a escola atue em todos os seus escalões, possibilitando a integração e o aprendizado de todas as crianças que dela fazem parte.

De acordo com Bordenave e Pereira (2007), as estratégias estão relacionadas com a forma de oferecer ao aluno oportunidades para viver as experiências desejadas, além, também, das maneiras de estruturar as atividades, isto é, estabelecer situações de ensino-aprendizagem, em que haja uma alta probabilidade de que as ditas experiências realmente aconteçam.

Solé (1999) identificou estratégias que podem ser utilizadas por qualquer professor para atingir todos os alunos, tais como: o planejamento da aula, a apresentação de ideias, a aula expositiva, os debates, a dramatização, pesquisas, projetos, estudo dirigido, trabalhos em grupos e atividades em dupla. Quando educandos, dos mais diferentes estilos, estudam juntos, podem se beneficiar com os



estímulos e modelos comportamentais uns dos outros. Cada educando necessita receber diferentes desafios e estar integrado a diferentes modelos comportamentais para se desenvolver integralmente.

Por em prática uma ação educativa inclusiva e ser capaz de atender às necessidades educacionais dos alunos é desenvolver, além da interdisciplinaridade, estratégias de intervenções pedagógicas específicas que, assegurem melhor qualidade do ensino, levem em conta as necessidades individuais em sala de aula e confirmam maior eficácia ao processo ensino-aprendizagem.

Adaptação curricular é toda adaptação que se realiza para atender às necessidades educacionais de um aluno ou de um grupo de alunos que apresente singularidades em relação aos seus colegas, possibilitando o acesso ao currículo estabelecido.

Aos professores cabe fazer a diferença, aprender a lidar com estas situações para conseguir acompanhar o desenvolvimento dos alunos e certificar-se de que eles estejam evoluindo em todos os seus aspectos, dentro de suas possibilidades e limitações. As estratégias utilizadas pelos docentes na sala de aula e na escola possibilitam, ou não, o desenvolvimento do processo de inclusão escolar das crianças com deficiência.

O ambiente de inclusão escolar deve respeitar as diferenças. As pessoas envolvidas precisam ser estimuladas e informadas para que o preconceito se dissolva, ou a inclusão não acontecerá.

O objetivo do professor é estar aberto para conhecer cada aluno que encontrar nas salas; isso é mais importante do que ter conhecimentos isolados sobre as deficiências e suas dificuldades. Para ser bom professor, não precisa conhecer uma lista infindável de teorias, mas é fundamental que tenha consciência de que o trabalho educativo passa, necessariamente, por conhecer e perceber o aluno como sujeito e desenvolver suas potencialidades. Conhecendo e amando esse sujeito, tem-se a possibilidade de mediar com eficiência o processo ensino-aprendizagem e favorecer o seu pleno desenvolvimento.



## **Educação Física Adaptada**

A escola como espaço inclusivo tem sido alvo de inúmeras reflexões e debates. Esta ideia remete a dimensões físicas e estruturais que permeiam a área escolar, onde diversos elementos como a arquitetura, engenharia e transporte, acesso, experiências, conhecimentos, sentimentos, comportamentos, valores etc. coexistem, formando este locus extremamente complexo. A discussão de uma escola para todos tem suscitando inúmeros debates sobre programas políticos de inserção de alunos com necessidades especiais. A grande polêmica está centrada na questão de como promover essa inclusão na escola, de forma responsável e competente.

Quanto à área da Educação Física Adaptada, esta surgiu, oficialmente, nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação, que prevê a atuação diferenciada do professor de Educação Física junto ao portador de deficiência e outras necessidades especiais. Sabe-se que muitos professores de educação física, que hoje atuam nas escolas, não receberam em sua formação, conteúdos e/ou assuntos pertinentes à educação física adaptada ou a inclusão.

Sabe-se, também, que nem todas as escolas estão preparadas para receber o aluno portador de uma deficiência: o professor não se sente preparado para atender adequadamente às necessidades desse aluno; muitas vezes, rejeita, sem pudor, os menos aptos; os educandos que não tem deficiência, não estão preparados para aceitar ou brincar com colegas deficientes.

## **Estudo de Caso**

Esse estudo foi desenvolvido pela necessidade surgida na prática, no dia-a-dia, frente ao caso de uma aluna com paralisia cerebral que, ao ser matriculada no 1º ano, não andava, não se comunicava, não provia nenhuma de suas necessidades próprias, estava completamente isolada do mundo, sem nenhuma perspectiva de vida.

Foi necessária a realização de um trabalho cooperativo entre os professores, sala regular, educação física, artes e sala de recursos para que, realmente, acontecesse a inclusão da aluna, pois, esta apresentava um quadro de paralisia cerebral, encontrava-se



em cadeira de rodas e não realizava nenhuma tarefa. Em 2015, frequenta o terceiro ano do ensino fundamental, tendo obtido grandes progressos em todas as áreas.

Foram realizadas atividades dentro da sala de aula em conjunto com a professora da sala regular. O professor de educação física fez uma adaptação em suas aulas. Houve também um grande trabalho de orientação dos professores e funcionários, para que se ajustassem à forma de tratar e auxiliar a educanda, pois a mesma precisava adquirir autonomia em suas atividades. A par disto, a escola recebeu adaptações físicas, como a construção de um sanitário para portadores de necessidades especiais.

Inicialmente, no acolhimento da aluna, foi necessário um trabalho intensivo com seus pais, especialmente com o genitor, pois o mesmo não queria que aluna saísse do recôndito do lar. A mãe concordava em trazê-la à escola, mas recusava-se a deixá-la, sob a alegação de que, em outra unidade escolar, havia sido vítima de maus tratos.

Foi necessário confrontá-los com o fato de que poderiam vir a faltar, e aí, o que aconteceria com a menina? A partir de então, concordaram em ajudar a escola no sentido de obter-se uma autonomia mínima, que possibilitasse à criança satisfazer, pelo menos, suas próprias necessidades.

Na sala de recursos, foi feito o direcionamento do trabalho dentro da escola, suprimindo necessidades e dificuldades da criança, além das adaptações curriculares, para que se conseguisse o amplo desenvolvimento e a real inclusão da aluna na escola.

Ao longo de 2013, observou-se uma grande evolução da mesma: ao chegar à Escola não realizava nenhuma atividade; não se alimentava sozinha, precisando que o alimento fosse introduzido em sua boca; permanecia sentada no chão, sem se mexer; não se deslocava em sua cadeira de roda, necessitando de alguém que a empurrasse. Passo a passo, professores e funcionários foram estimulando a criança, incentivando-a para que, um pouco a cada dia, vencesse as barreiras e atingisse os objetivos propostos: a autonomia.

Em 2014, sofreu cirurgias que lhe permitiram movimentar o quadril. A partir de 2015, em sala de aula regular, em parceria com a professora da classe comum, incluiu-se a aluna nos projetos e atividades diárias, fazendo-se adaptações, quando necessário.



A discente participou de todas as atividades e eventos que a escola ofereceu, como por exemplo, dançando a quadrilha na festa junina, jogando os jogos no “Dia do Agita Galera”, confeccionando seus brinquedos para a amostra cultural, integrando-se à classe e aos colegas. Durante os recreios, permanecia com as outras crianças, alimentando-se sozinha, cuidando de sua lancheira, de modo que outras crianças não pegassem e comessem seu lanche. Agora, desloca-se pela escola, manejando sua cadeira de rodas.

A avaliação foi sendo realizada ao longo do processo, observando o desenvolvimento da educanda, aprimorando e mudando as práticas, quando necessário. Mensalmente, fazia-se o acompanhamento com os pais, de modo que o trabalho fosse continuado em casa. Pode-se perceber um grande avanço no seu desenvolvimento; a participação de todos foi fundamental para os resultados. O grande comprometimento da professora da sala regular ajudou muito no amplo progresso da aluna, pois a professora, durante o ano, não fez qualquer diferenciação entre os demais alunos, chamando sua atenção, quando necessário, e disponibilizando materiais e o acesso da aluna ao conteúdo. A aluna ainda não consegue acompanhar a série que frequenta, mas percebe-se uma grande mudança na parte social e na independência da mesma. Comunica-se com todos da escola e brinca, no recreio, com os demais alunos (mesmo sendo cadeirante).

O professor de Educação Física esforçou-se por incluir a aluna em todas as atividades da classe, seja criando novas atividades em que a aluna pudesse participar, seja reestruturando as atividades tradicionais, objetivando a inclusão da aluna. Assim, a menina “dançou” a quadrilha, com os demais alunos, na festa junina, usando a cadeira de rodas; jogou os jogos (adaptados) que os demais jogavam; confeccionou (dentro de suas limitações físicas) brinquedos para a mostra cultural, integrando-se à classe e às atividades da escola, como um todo.

A avaliação foi sendo realizada ao longo do processo, observando o desenvolvimento da educanda, aprimorando e mudando as práticas quando necessárias. Mensalmente, em reuniões conjuntas, os pais eram cobrados para que o trabalho da escola continuasse em casa.



## **Considerações Finais**

Ensinar crianças com necessidades educacionais especiais ainda é um grande desafio para o sistema regular de ensino. A cada dia, torna-se fundamental refletir sobre o processo inclusivo. Pensar na inclusão escolar das pessoas com deficiência intelectual implica em considerá-la como prática permanente na escola, firmada no projeto político pedagógico da escola e efetivada pela ação consciente do educador, atuando como transformador da sociedade, visando garantir direitos de todos!

Observou-se que o processo educativo inclusivo traz sérias implicações para os docentes e para a escola, requerendo uma efetiva preparação de profissionais da educação, proporcionando um contínuo desenvolvimento pedagógico e educacional, que resulte em uma nova maneira de perceber e atuar com as diferenças de todos os alunos em sala. Preparação que os façam conscientes, não apenas das características e potencialidades dos seus alunos, mas de suas próprias condições para ensiná-los em um ambiente inclusivo, assim como da necessidade de refletirem constantemente sobre a sua prática, a fim de modificá-la quando necessário.

Incluir uma criança deficiente intelectual em uma sala de aula regular é algo a se fazer cuidadosamente, pois quando se fala de inclusão escolar, não se trata apenas de reunir os diferentes, adaptando o ensino igual para todos. A lei determina incluir, mas não oferece subsídios necessários para que isso aconteça de modo satisfatório, não prepara docentes, funcionários, gestores para a realidade que encontram. É preciso que cada um perceba sua importância neste processo, transformando a “práxis” existente.

No caso dos mestres da E. E. Manuel Borba Gato, estes puderam contar com o apoio dos gestores, que disponibilizaram todo o material solicitado e o apoio pedagógico, facilitando o trabalho do quadro docente e ajudando na mediação com o aluno. Pode-se notar uma abordagem diferenciada em relação às crianças deficientes e uma grande preocupação em sanar as dificuldades estruturais e materiais da escola, facilitando a aprendizagem, locomoção e permanência dessas crianças na escola. Este apoio tornou possível a mudança dos procedimentos individuais e, incluiu, de fato, o aluno com deficiências.





Sim, ainda há muito a ser feito, mas já se consegue perceber a mudança, um novo olhar em relação a essas crianças, uma visão positiva de que se pode auxiliá-los, tornando-os ativos e participantes da sociedade!

### **Referências**

BORDENAVE, J. D; PEREIRA, A. M. Estratégias de ensino-aprendizagem. 28ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

CIDADE, R. E; FREITAS, P. S. Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de deficiência. Uberlândia, 1997.

EDLER CARVALHO, R. Temas em Educação Especial. Rio de Janeiro: WVA Ed., 1998.

KUPFER, M. C. Freud e a Educação: o mestre do impossível. 3ª Ed. São Paulo: Scipione, 2001.

PEDRINELLI, V. J. Educação Física Adaptada: conceituação e terminologia. In: Educação Física e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: MECSEDES, SESI-DN, 1994, p. 7-10.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SOLÉ, L. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto Alegre: Artmed; 1999.

UNESCO; Ministério da Educação e Ciência da Espanha. (1994) Relatório Final da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 7-10 Junho, 1994.